

## **OS ESPAÇOS COMUNITÁRIOS FUTUROS**

**IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,  
Advogado em São Paulo, autor do livro “Teoria da Imposição Tributária”;  
JEAN-MARIE DE BACKER,  
Advogado em Bruxelas, autor do livro “Responsabilités des  
Dirigeants de Sociétés”.**

Há sinais de superação nas dificuldades momentâneas de entendimento entre os espaços comunitários europeu e do Cone Sul, na América, centradas, principalmente, na intransigência francesa no que concerne aos subsídios agrícolas e nas denominadas áreas sensíveis de serviços e produtos industriais. O acordo com a OMC, permite, a médio e longo prazo, uma visão moderadamente otimista.

Em verdade, a globalização da economia, resultante da queda do muro de Berlim e da eliminação do socialismo político e do dirigismo econômico do bloco dominado pelos soviéticos, terminou desventrando a fragilidade da economia de escala e da livre concorrência, sem regras pré-acordadas, que pressupõem exaustivas discussões.

As sucessivas rodadas do milênio iniciadas em Seattle e ainda sem visibilidade clara nas reuniões de Doha, estão a demonstrar o quanto ainda se tem a caminhar para que normas mais coerentes, justas e desburocratizantes rejam o comércio internacional, dando, a OMC, em seu papel de sucessora do GATT, tímidas passadas, com outorga de direito à retaliação, mais de conteúdo moral do que pragmático.

É que, em áreas sensíveis, o regramento internacional longe está de ter encontrado a via mais adequada, entre países emergentes e desenvolvidos, havendo crescimento de variados grupos de pressão ou de estudo, na busca de soluções (G-8, G-10, G-20, G-33, G-90, G-5), além da atuação de organismos tradicionais para equacionamento de controvérsias econômicas ou políticas.

É que, no mercado internacional, o objetivo comum é a procura de saldos em balanços comerciais, com conquista de espaços externos, sem perda daqueles internos, revelando-se, ainda, a teoria da vantagem comparativa, insuficiente para balizar a concorrência internacional, de forma válida e intraumática.

Com teses divergentes e sem disposição de ceder, países desenvolvidos e emergentes ainda patinam na busca de uma solução global, que passará, necessariamente, por concessões mútuas.

Embora os autores deste artigo estejam convencidos destas dificuldades, entendem que elas terminarão por ser superadas e que o fortalecimento dos grandes blocos (União Européia alargada até 2007 e Mercosul aglutinando países da América Latina, como México, Chile, Bolívia, Venezuela e outros a médio prazo) permitirá diálogo mais fortalecido, em que as mútuas concessões serão a decorrência natural da necessidade de convívio comercial.

A verdade é que o mercado americano descompassa ou recompassa a economia mundial, independentemente dos grupos. Quando sua economia melhora, a economia mundial melhora. Quando piora, toda a economia mundial sofre. A União Européia, com 25 países, tem PIB igual ao dos Estados Unidos (em torno de 12 trilhões de dólares). A América Latina

inteira tem 15% do PIB americano ou europeu. África e Oceania pouco representam, na atualidade. A Ásia possui 3 gigantes (Japão, China e Índia) e mais algumas potências menores, como a Coreia do Sul. E somam 65% do PIB europeu ou americano.

Os ativos financeiros mundiais, todavia, em torno de 100 trilhões de dólares, contra um PIB pouco superior a 35 trilhões, continuam ofertando liquidez e mobilidade excessiva para planejamentos a longo prazo, com sensível prejuízo às nações menos desenvolvidas.

Neste quadro, à evidência, os países menos desenvolvidos oferecem pouca estabilidade, porém um potencial mercado maior, que as nações mais desenvolvidas já não tem, algumas delas nos limites de suas forças de expansão.

O certo é que o mapa do mundo no futuro passa, necessariamente, pela composição destes fatores (agregação de nações, potencialização de mercados, capitalização de políticas vinculadas ao comércio exterior, mútuas concessões políticas e econômicas, convivência nas divergências e aproximação dos sistemas tributários –tema, aliás, das palestras do primeiro signatário deste artigo, em Coimbra e Bruxelas, no mês de julho).

Aspectos que parecem, todavia, positivos para os países latino-americanos, nesta adequação de regras jurídicas e situações econômicas, é haver na presidência do Parlamento Europeu, um espanhol e na direção da Comissão Européia, um português, sem falar na simpatia que a eventual futura primeira dama americana, em caso de vitória do candidato Kerry --possa ter pelas nações latino-americanas--, portuguesa, que é, de nascimento.

O certo é que, até mesmo a Alca, que muitos têm por condenada, poderá ressuscitar, com fortalecimento do espaço amplo americano e com regras

**Ives Gandra da Silva Martins**  
**Jean-Marie de Backer**

mais justas para os países em desenvolvimento, podendo encampar o regime de Zona Franca de Comércio, que regula as relações entre Canadá, México e Estados Unidos.

Tudo é possível. Nada é impossível. O caminho integrativo continua árduo, mas, ao ver dos signatários deste, é irreversível.

SP., 04/08/2004.

[ivesgandra@gandramartins.adv.br](mailto:ivesgandra@gandramartins.adv.br)

IGSM/mos

A2004-099 OS ESPAÇOS COMUNIT FUTUROS